

O Brasil pode esperar (e os credores também)

VIVIDA ENTRENAO

Os jornais de ontem nos deram duas notícias realmente interessantes: apesar da pressão dos credores, não pretende o Brasil apresentar aos banqueiros estrangeiros um plano econômico, informando-se, por outro lado, que o ministro Dílson Funaro teria pedido ao presidente da República o prazo de um mês para apresentar-lhe "seu" projeto, o qual, naturalmente, ficará entre nós, uma vez que, em nome da soberania, não temos de prestar contas àqueles a quem devemos, aos quais cabe apenas a tarefa de nos fornecer quatro bilhões de dólares suplementares...

Ao retornar de sua volta ao mundo, o ministro da Fazenda, já informado que seu colega do Planejamento "ousara" apresentar um programa econômico ao presidente Sarney, declarou ter seu próprio plano. Agora, pede um prazo de 30 dias para apresentá-lo e, naturalmente, uma vez definitivamente elaborado, vê-lo submetido a uma acalorada discussão democrática no Congresso, este empenhado em reunir-se uma vez

por semana sem dispor, todavia, de quórum para tomar decisões.

O País está atravessando uma fase de incerteza capaz de levá-lo a grave crise econômico-social. Antes de qualquer decisão, desejam os empresários inteirar-se dos rumos que o governo pretende imprimir à nossa economia. Brasília pode apresentar medidas julgadas altamente negativas, mas, pelo menos, as decisões dos agentes econômicos serão tomadas a partir da definição de uma política. No momento, estamos diante do vácuo, ainda mais prejudicial quando se sabe, por experiência, que o ministro da Fazenda e seus "economistas" podem tomar a seu talante as medidas mais temerárias, sem medir suas consequências e sem ouvir aqueles em condições de alertá-los.

A situação é ainda mais grave no plano externo. Com efeito, nossos credores estão prontos a encontrar uma solução que permita ao Brasil sair do atual *impasse*: pedem apenas que o governo lhes apresente um programa econômico que traduza a nossa vontade de vencer a encruzilhada.

O Banco Mundial, nos últimos anos a base mais sólida do desenvolvimento nacional, estava disposto a oferecer créditos num valor de pelo menos 1,2 bilhão de dólares, neste exercício fiscal que finda em 30 de junho. Brasília esperava elevar a dois bilhões o montante desses empréstimos. Ora, até agora apenas 371 milhões de dólares foram aprovados, e contra a advertência do próprio presidente da instituição, Barber Conable, de que, para obter ajuda, deveria o Brasil apresentar um programa econômico de longo prazo.

Dílson Funaro, que conseguiu indispor-se com todos os banqueiros estrangeiros, destilando incessantemente sua aversão ao ortodoxo FMI, passa agora a atacar o próprio Banco Mundial, alegando que, na qualidade de país soberano, nada obriga o Brasil a apresentar planos aos bancos aos quais pede dinheiro.

Ao que parece, pouco se lhe dá, também, que a economia fique parada diante da sua indecisão. Não está com pressa; assim, cumpre ao País esperar.

Estamos numa situação em que não se requer grande imaginação para esboçar uma política econômica. Diante de uma inflação ameaçadora e dos primeiros sinais de desaquecimento da economia, o que poderá resultar em grave recessão, as medidas a ser tomadas são simples. Urge, em primeiro lugar, não fortalecer, como estamos fazendo, os mecanismos de indexação eliminados pelo Plano Cruzado. Cumpre também travar o gatilho salarial, incapaz de proteger os trabalhadores contra a erosão do poder aquisitivo. Desde que se deseje reduzir a inflação, de nada servirão o congelamento de preços e a atuação das Sunabs e CIPs, mas sim o corte dos gastos de custeio do setor público. Há que estimular os investimentos e aceitar um diálogo com a comunidade financeira internacional que passa pelo FMI.

Já sentimos na pele (e nos bolsos) as consequências das experiências campineiras, expressas nos Planos Cruzados I e II. É tempo, agora, de retomar o bom senso. E com pressa.